

A fome negada e a política: sobre a distribuição de alimentos no Programa Fome Zero¹

Martina Ahlert

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Neste trabalho analiso os sentidos diversos agregados ao alimento, especificamente ao distribuído sob a forma de cestas básicas em um núcleo do Programa Fome Zero na cidade de Porto Alegre. Esta abordagem surge a partir de uma etnografia realizada com as mulheres, coordenadoras deste núcleo e moradoras de um loteamento popular da cidade. Para estas mulheres, tais sentidos eram construídos a partir de uma oposição: a necessidade de comer versus a ‘política’ que regia a distribuição dos alimentos no Programa. Tal debate se exacerbou com a presença de profissionais da área de nutrição no local e suas definições sobre a idéia de fome. Para estes profissionais a fome era vista enquanto carência do grupo em questão e como central para sua participação no Programa Fome Zero. Para as coordenadoras do núcleo, por sua vez, sua participação não acontecia apenas para o recebimento da cesta básica, visto que negavam a fome como característica de seu dia-a-dia. Nos debates sobre locais onde se preferia cozinhar, sobre ‘a comida’ enquanto critério de distinção, sobre as atividades femininas naquele espaço, ficava evidente o encontro de diferentes lógicas sobre o ‘comer’. Perpassando estes debates, ficavam evidentes as classificações sobre quem ‘merecia’, ou não, receber alimentos. E, assim, classificações sobre o caráter de humanidade dos sujeitos envolvidos.

Palavras-chave: etnografia, política, comida.

Durante o período de dezembro de 2004 até junho de 2007, realizei uma pesquisa com um núcleo do Programa Fome Zero, na cidade de Porto Alegre. Naquele contexto, o Programa se organizava através de núcleos – que agrupavam organizações e instituições locais dos bairros e seus moradores, para realizar as iniciativas do Programa naquele espaço. A partir do acompanhando da trajetória do Núcleo Monte Verde do Programa Fome Zero, localizado em um loteamento do mesmo nome, pude perceber a mudança da gestão partidária no governo municipal, transição após quatro mandatos consecutivos do Partido dos Trabalhadores (PT) para o mandato do Partido Popular Progressista (PPS) – e assim as diferenças de tratamento dadas ao Programa nestes momentos.

Nesta pesquisa, da qual resultou minha dissertação de mestrado, meu olhar estava intensamente voltado às questões relativas aos grupos populares (Fonseca, 2004; 2006), à política realizada nas esferas institucionais e também cotidianas e ao envolvimento de mulheres nas políticas nos bairros (Medeiros, 2006; Bonetti, 2000), visto que o Núcleo era formado por um grupo, exclusivamente, de mulheres.

Ainda nesta pesquisa apareceram, embora tratados sem a atenção devida, diversos dados etnográficos relativos à distribuição das cestas básicas e à existência de comida, ou não,

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

em casa (os armários cheios orgulhosamente mostrados ao visitante, por exemplo). Sem ter podido ou conseguido trabalhar com estes dados na dissertação, proponho este artigo como um aporte inicial para pensá-los.

No plano federal a necessidade do ‘enfrentamento da fome’ fez parte das propostas políticas de diferentes governos brasileiros. Contudo, tal enfoque ganhou uma nova dimensão enquanto bandeira da eleição de Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República em 2003. Enquanto estratégia política, o Partido apresentou o Programa Fome Zero, que trazia a erradicação da fome e da pobreza enquanto “compromisso político e ético da sociedade brasileira”, e como fundamental para a “constituição da nação” (Brasil, 2004). Assim, com o início do primeiro mandato presidencial de Lula, o Programa Fome Zero se estabelece como programa do governo², se inserindo na perspectiva da segurança alimentar e nutricional, realizada através da afirmação da alimentação enquanto um direito humano, presente nos tratados e convenções internacionais.

O Programa tem um foco principal, a “população mais vulnerável à fome” e, ao relacionar a fome à falta de acesso aos alimentos e assim à necessidade de “inclusão social e conquista da cidadania”, o Programa a conjuga à pobreza³ (Brasil, 2004). A fome se torna assunto público⁴, enfrentamento onde se necessita a participação da sociedade civil⁵ (Brasil, 2004) e um processo educacional (Brasil, 2004 a).

Em Porto Alegre o Programa inicia em 2003, tendo como base o trabalho dos núcleos (em 2007 totalizam 32 deles). As tarefas das coordenações dos núcleos compreendiam proporcionar atividades junto às famílias com crianças em risco nutricional, distribuir alimentos provenientes de doações, realizar atividades de combate à desnutrição materno-infantil. Além disso, deveriam buscar convênios com mercados e armazéns, produzir alimentos para consumo próprio, objetivar a venda direta entre produtor e consumidor, e

² “O Fome Zero é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome”. Definição encontrada no site do Ministério do Desenvolvimento Social (www.mds.gov.br - disponível em 30/12/2007).

³ Para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), estão na pobreza famílias com renda *per capita* abaixo de 75,50 reais (www.pnud.org.br – disponível em 06 de março de 2007).

⁴ As ações do Programa Fome Zero acontecem em torno de quatro eixos: acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação, mobilização e controle social. Tais ações se desdobrariam em políticas emergenciais (como a distribuição de cestas básicas, o repasse de renda mínima), políticas específicas (como os Bancos de Alimentos, a ampliação da merenda escolar, etc.) e as medidas estruturais (como cursos profissionalizantes para combate ao desemprego, alfabetização, construção de cisternas no Nordeste). (Brasil, 2004).

⁵ A parceria entre governo e sociedade civil leva a uma conceituação de sociedade civil que engloba os empresários enquanto membros desta sociedade (Teixeira, 2005). Tal perspectiva, para Carla Costa Teixeira (2005) estaria baseada “no rompimento da dicotomia entre política social e política econômica” (Teixeira, 2005, p. 06).

oportunizar espaços de geração de trabalho e renda⁶. O primeiro núcleo do Programa passa a existir em um loteamento popular criado pela Prefeitura em 1996, chamado Monte Verde.

Iniciando o debate

Para a antropologia, o estudo da alimentação é uma das formas de entender a maneira como as pessoas vivem, ou seja, de acessar o simbólico (Mintz, 2006). O ato de comer não se fecha, portanto, na dimensão da biologia, mas aponta para a cultura de indivíduos e grupos (Douglas, 1981). Neste trabalho pretendo analisar os sentidos diversos agregados ao alimento, especificamente ao distribuído sob a forma de cestas básicas, no Núcleo Monte Verde do Programa Fome Zero. Para as coordenadoras do Núcleo, os sentidos dados aos alimentos eram construídos a partir de uma oposição: a necessidade de comer versus a ‘política’ que regia a distribuição dos alimentos no Programa, demonstrando a dimensão histórica e cultural da alimentação (Maciel, 2005).

A recorrência do assunto ‘comida’ e ‘cestas básicas’ durante a minha pesquisa de campo, aqui sugiro, apontava para o alimento enquanto definidor das posições ocupadas na hierarquia social (Levi-Strauss, 1997). Neste sentido, a lógica das coordenadoras do Núcleo, enquanto mulheres de grupo popular, diferenciava-se da lógica de outros atores com os quais elas tinham contato através da coordenação do Núcleo Monte Verde. Para mim, esta leitura diferenciada era evidente entre as coordenadoras e os profissionais técnicos, na sua maioria da área de nutrição, que chegaram ao Núcleo em termos de 2006.

Para estes profissionais a fome era vista enquanto carência do grupo em questão e como central para sua participação no Programa Fome Zero. Para as coordenadoras do núcleo, por sua vez, sua participação não acontecia apenas para o recebimento da cesta básica, visto que negavam a fome como característica de seu dia-a-dia. Nos debates sobre locais onde se preferia cozinhar, sobre ‘a comida’ enquanto critério de distinção, sobre as atividades femininas naquele espaço, ficava evidente o encontro de diferentes lógicas sobre o ‘comer’. Assim, “... determinados elementos culturais (como a comida) podem se transformar em marcadores identitários, apropriados e utilizados pelo grupo como sinais diacríticos, símbolos de uma identidade reivindicada” (Maciel, 2005, p. 50).

Portanto, inicialmente pretendo apontar como a cesta básica ‘aparecia’ no Núcleo, especialmente associada à idéia de *trabalho* no mesmo. Figurando assim como um critério de distinção entre as coordenadoras e também entre as mesmas e a comunidade local.

⁶ Segundo site da Prefeitura Municipal disponível em 24 de maio de 2005.

A comida no Núcleo do Fome Zero

A comida no Núcleo aparecia, basicamente, sob a forma de cestas básicas. A distribuição das cestas básicas era a atividade mais importante do Núcleo Monte Verde. Era o momento no qual ficava mais evidente a idéia de *trabalho* entre as coordenadoras⁷. Inicialmente, percebia que no Núcleo não se participava, se “*trabalhava*”. O “*trabalho*” no Núcleo representava um retorno material (não sob forma monetária) para dentro de casa, passando este a significar uma contribuição feminina ao ambiente doméstico (Jardim, 1998). Era também uma forma de “*trabalho*” que se distanciava das características negativas associadas ao trabalho das mulheres naquele grupo popular (Sarti, 1996 entre outras): acontecia no espaço do próprio Loteamento e permitia que as atividades domésticas e o cuidado com os filhos não fossem prejudicadas. Sem ferir as características que lhes conferiam seus referenciais sociais no local, o “*trabalho*” no Núcleo agregava: fornecia características positivas às coordenadoras e demonstrava que elas não estavam paradas, mas “*correndo atrás*” (Fonseca, 2004).

A distribuição das cestas básicas foi bastante alterada com a transição entre PT e PPS na gestão municipal. Neste momento o repasse deixa de ser mensal, e passa a ser instável em relação às datas de envio e também em relação à quantidade de alimentos (no período do Pt vinham alimentos pra 150 cestas básicas com 16 quilos de alimentos cada uma).⁸ Para que os alimentos chegassem ao Loteamento as coordenadoras precisavam dar conta do transporte dos mesmos. Sem possuir nenhuma forma de renda comum - as coordenadoras do Núcleo Monte Verde pediam pequenas colaborações aos beneficiados pelas cestas básicas (colaborações com o valor de um real). Em outros momentos elas mesmas colocavam de seu dinheiro, pediam auxílio na Paróquia ou para as pessoas da horta quando havia acontecido alguma feira na qual tivessem conseguido algum dinheiro. Em seguida construíam uma lista com os nomes dos moradores de Loteamento que as receberiam, lista que tinha como critérios “... *quem está nos cursos, quem passa fome ou que tem deficiência na família, quem tem criança desnutrida e também quem é da horta e quem é da coordenação*” (Marina – ‘coordenadora da coordenação’).

A comida como critério de distinção

⁷ Para uma revisão a cerca do conceito de trabalho na antropologia, ver a dissertação de mestrado de Jardim (1998).

⁸ Critérios como a presença de crianças desnutridas nas famílias.

As cestas básicas funcionavam ainda como critério de distinção entre o grupo das coordenadoras, porque diretamente associadas à idéia de “trabalho” no Núcleo Monte Verde. Durante uma reunião das coordenadoras, estas discutiam sobre um convite que o Núcleo tinha recebido para um evento de inauguração de uma cozinha comunitária em outro bairro da cidade. Estavam reclamando com Marina, “coordenadora da coordenação”, que, segundo elas, não as tinha avisado sobre o convite. Marina justificava:

Marina: *“Por que não tinha convite, nem passagem, e que nem sequer era uma festa, era só um coquetel no final”*.

Elza: *“Mas não to falando por causa da comida não. Não ia lá pra comer. Mas igual todas precisam ficar sabendo, é pela união, não é pela comida.”*.

Sônia: *“Nós estamos engasgadas. Por que não avisou, mora na nossa rua. Vê a gente 24 horas por dia”*.

Lucia: *“A gente é da coordenação e fica sabendo pela boca dos outros”*.

Maristela *“Tu tem que mudar, pega uma caneta, escreve e manda avisar”*.

Marina: *“Era só um coquetel, eu não sabia de quase nada do que ia ser, não me falaram nada, só que era pra ir”*.

Sônia: *“Nós também coordenamos”*.

(Extrato do diário de campo 01, 14/12/2004).

Ao sentirem a necessidade de dizerem que “*não era pela comida*”, as coordenadoras estavam utilizando tal afirmação, sugiro, como um critério de distinção. Quando queriam decrescer alguma delas, costumavam acusar de que a tal coordenadora se “*importa mais com a comida do que com o “trabalho”*”, que “*na hora de vir para o repasse sempre está disponível, mas não para as reuniões*”.

O uso dos gêneros alimentícios nas conversas também falava da classificação da relação que as coordenadoras tinham com a “*comunidade*” atendida pelo Núcleo. Neste sentido, com a ausência do repasse das cestas básicas a relação entre as coordenadoras e “*a comunidade*” passou a ser bastante delicada. Marina e Geneci me contavam “*Toda reunião tem alguém cochichando, alguém falando mal, cuidando tudo o que a gente faz. Não dá pra falar nada assim, no ouvido da Geneci que eles estão achando que têm alguma coisa*”. Normalmente a equação era simples: se as cestas básicas estavam vindo em número menor, se acusava as coordenadoras de terem levado alimentos a mais para casa.

A condição da ausência de alimentos também era o argumento mais utilizado pela “*comunidade*” nos freqüentes pedidos às coordenadoras. Numa das situações de repasse de alimentos que presenciei, vi o pedido de uma moça, para que fosse dada uma cesta básica para Maristela (que era a antiga coordenadora da horta). Maristela, naquela época, não freqüentava o Núcleo há meses e não estava na lista do repasse feita pelas coordenadoras. A moça encarregada do pedido argumentava que Maristela estava “*passando fome*”, assim como “*as três crianças pequenas*” que ela tinha em sua casa.

Costumeiramente, nos momentos de pedidos, estes eram os argumentos mais utilizados: estar “*passando fome*” e a fome das crianças, além de estar doente, ter perdido o emprego, ter sido abandonado pelos familiares. A enunciação destes argumentos tinha quase que a obrigatoriedade do alcance de seu intento – afinal (tendo as cestas básicas sob sua gestão), se esperava que as coordenadoras fossem generosas (Clastres, 1976; 1982) ⁹. Visto que sendo integrantes daquele espaço e daquele grupo, elas (as coordenadoras) sabiam e conheciam as dificuldades pelas quais aquelas pessoas estavam passando e por momentos diversos compartilharam e compartilhavam aquelas situações.

A ausência do repasse das cestas básicas acabou por abalar o lugar ocupado pelas coordenadoras, porque conseguir estes recursos para o Loteamento, lhes dava uma posição de prestígio. Era nos períodos de ausência do repasse que as coordenadoras mais sofriam com as ameaças da “*comunidade*” atendida pelo Núcleo. O estopim das acusações de corrupção, segundo estas falas, era a falta dos alimentos do repasse das cestas básicas. Enquanto tal repasse faltava, a resposta dada pelo poder público era na necessidade de iniciativas de geração de renda para o recebimento das cestas básicas.

A comida como troca (entre o Núcleo e as casas)

Depois que os alimentos ingressavam na casa destas mulheres, eram depositados nos armários e mesas das cozinhas. Mas nem sempre eram consumidos pelas suas famílias. Ainda que mostrassem orgulhosas o volume dos alimentos conseguidos, “*tirar de dentro da própria casa*” era prática recorrente, visto que vizinhos, amigos e conhecidos podiam pedir nas suas casas. Marina contava que, ainda que tivesse alimentos suficientes para passar o mês (sua família, de 04 pessoas costumava consumir o equivalente a duas cestas básicas por mês), às vezes os alimentos não duravam todo o mês por causa dos pedidos dos vizinhos. Embora “*tirar da própria casa*” fosse uma prática considerada positiva, as próprias interlocutoras, reconheciam não ser uma atitude meramente generosa. A re-distribuição também acontecia porque não se sabia como e quando também poderiam se encontrar na situação de quem pedia. Neste sentido,

... a dádiva não é passível de interpretação nem na linguagem do interesse, nem da obrigação, nem na do prazer, nem mesmo na da espontaneidade, já que não é senão uma aposta sempre única que liga as pessoas, ligando simultaneamente, e de uma maneira sempre nova, o interesse, o prazer, a obrigação e a doação (Caillé, 1998).

⁹ Pierre Clastres, ao pensar a chefia indígena, aponta como a generosidade era um traço dos líderes

Dar alimentos de uma cesta básica não constituía um ato sem cálculos. Elza, uma das coordenadoras do Núcleo Monte Verde, contava que dava algo que, segundo seus planejamentos, não lhe faltaria até o próximo repasse. Além disso, havia ainda os alimentos ‘preferidos’ nas redes de troca, quase sempre o leite, óleo de cozinha e açúcar. Assim, quando eram recebidos, também os alimentos provenientes das cestas básicas do Fome Zero circulavam entre as casas, eram redistribuídos e repassados.

Quando as redes de trocas sofrem alterações e rompimentos, contudo, se coloca em jogo a relação entre estes grupos e pessoas. Assim, o não-repasse mensal de alimentos que provinham das parcerias da Prefeitura Municipal, deu grande margem às suspeitas e acusações de corrupção pelas quais passaram as coordenadoras. As brigas decorrentes desta situação demonstravam que ingressar nas redes de reciprocidade e continuar participando das mesmas não necessariamente era uma questão de escolha, “Enfim, essas prestações e contraprestações são feitas de uma forma, sobretudo voluntária, por presentes, regalos, embora sejam, no fundo, rigorosamente obrigatórias, sob pena de guerra privada ou pública” (Mauss, 1974, p. 45). Desta forma, enquanto dádiva a comida se constituía tanto como *partilha* (redistribuição), como enquanto *agonística* ou rivalizada (Caillé, 1998; Godbout, 1998).

Comida enquanto política pública

As políticas de governo são facilmente encaixadas na dicotomia assistencialismo *versus* promoção dos direitos (Cruz, 2005). No plano do Programa Fome Zero, enquanto estratégia política federal fazia eco o debate sobre ser uma prática ‘meramente’ assistencialista (porque apenas a distribuição de alimentos não eliminaria as desigualdades sociais) – ou se, de fato, era a efetivação de um direito – o direito humano à alimentação.

Pensando este debate em relação ao Núcleo Monte Verde, afirmo que as coordenadoras do Núcleo reconheciam a importância da cesta básica para as pessoas da comunidade local e também ressaltavam a importância destes alimentos como recurso de auxílio dentro do apertado orçamento familiar. Contudo, não mantinham uma visão ingênua de que a cesta básica fosse à solução de todos os seus problemas. Também não compreendiam o seu recebimento como esmola ou humilhação (frase facilmente dita por pessoas do governo), pois possibilitava, ainda que pouco, recursos para ‘dentro de casa’ e uma contribuição feminina na economia doméstica.

esperado pelo grupo (Clastres, 1976;1982).

Quando pensamos como as coordenadoras percebiam o debate entre direito ou assistência, podemos nos aproximar do que relataram Zaluar (1985) e Sarti (1996) nas suas pesquisas em periferias urbanas, no Rio de Janeiro e em São Paulo, respectivamente. Para as mulheres coordenadoras do Núcleo, receber uma cesta básica era um direito, não porque o relacionavam com o ideário dos direitos humanos, mas afinal, porque elas “*trabalhavam*” no Núcleo. Desta forma, quando o governo atrasava as entregas, ou simplesmente enviava uma quantidade menor de alimentos, ele não estava cumprindo sua obrigação. Mas, somado a isto, também estava lhes faltando com respeito.

O recebimento da cesta básica articulava, tanto a responsabilidade do Estado e a necessidade de respostas governamentais diante da situação de pobreza compartilhada pelas pessoas – ou seja, como um direito – mas também era uma “*ajuda*” – assim como elas, enquanto coordenadoras de um núcleo do Fome Zero, “*ajudavam*” as pessoas. Essa bricolagem entre ajuda e direito demonstra uma complexidade além das afirmações dualistas entre direito e assistência, possibilitando a combinação de ambas as perspectivas, ou novidades sobre elas (Semán, 2006).

Embora fossem estas as idéias (e vivências) das coordenadoras, o cenário dos debates sobre o Fome Zero estava frequentemente associado à perspectiva dualista. Menezes Bastos (1993), em um artigo sobre a farra do boi em Florianópolis, pergunta-se “O que haverá em devorar que comer cancela?” – Neste sentido: o que haverá em receber alimentos – do governo ou de alguma instituição -, que sua obtenção de outra forma cancela?

Em relação ao Programa Fome Zero não faltavam falas que tentavam normatizar a questão da distribuição e do uso das cestas básicas. Assim, pelos profissionais técnicos (nutricionistas e agrônomos) o repasse das cestas básicas tinha um problema fundamental: abriam margem para serem redistribuídos. A redistribuição era considerada uma prática negativa, em especial porque permitia que os alimentos recebidos ingressassem no mercado formal (falava-se pelo Loteamento que o leite recebido de um programa era vendido nos armazéns do local), ou - considerado ainda de pior espécie – permitia que a comida pudesse ser “*trocada por drogas*”, e os mais pessimistas diziam que os pais assim o faziam enquanto os “*filhos passavam fome em suas casas*”. Diante disso: O que dignifica um alimento e qual prática o estigmatiza? Entre a reciprocidade desinteressada, a generosidade e o ingresso nas redes do comércio – porque o alimento ‘recebido’ do governo (ou de outras instituições) se presta a rotulações e nomeações?

Nestas inquietações, sugiro que a cesta básica não é apenas um conjunto de alimentos, mas, como apontou Borges (2003), a relação entre Estado e a população “mostram-nos como esses objetos, alusivos ao governo, emblemam um tipo de relação social intensa, que exige

um *envolvimento ativo*, um compromisso que implica a um só tempo a necessária interpretação desses símbolos” (Borges, 2003, p. 97). É preciso saber a língua das cestas básicas e dos programas governamentais, mas também é preciso dedicar, como diziam as coordenadoras “*tempo e vontade*” nesta tarefa.

Neste sentido, a cesta básica, enquanto símbolo da presença do Estado, também nos fala e caracteriza o local ocupado por determinado grupo na sociedade mais ampla. E, sendo assim, nos fala sobre a desigualdade social que marca esta sociedade.

A fome enquanto elo de diálogo Estado e população

A constante presença da idéia da ‘comida’, por fim, me colocou algumas inquietações em relação às perspectivas de ‘fome’ presentes no período da pesquisa de campo. Normalmente temos mais simpatia com a distribuição de cestas básicas quando em situações da total ausência de alimentos, por exemplo, quando somos sensibilizados com crianças passando fome ou pessoas ‘catando’ nos lixos para buscar alimentos. É preciso, portanto, como dizia uma profissional nutricionista da Prefeitura, que as pessoas estejam “*fazendo sopa de papelão*”. As condições precisam ter anulado qualquer possibilidade de humanidade e sobrevivência para a legitimidade da distribuição das cestas básicas. Por sua vez, para as coordenadoras, pobre mesmo era aquele que não tinha o que comer: “A relação entre a pobreza e a alimentação escolhida não é apenas decorrente daquilo que o dinheiro pode ou não comprar, mas passa por inúmeras mediações de ordem ideológica e até mesmo psicológica” (Zaluar, 1985, p. 106).

Em campo, pude perceber que a cesta básica não necessariamente cumpria aquilo para o qual servia: o ato de comer ou de ‘matar a fome’. Neste sentido, quando eu e Diná conversávamos sobre o consumo doméstico, ela me dizia: “*Por que a comida que vem faz com que o dinheiro possa ir pra outra coisa, o dinheiro vai pra comprar o chinelo, pra casa*”. Na casa de Irene, onde diversas vezes faltava comida para ela e a filha, ela também me dizia: “*Pode faltar até comida, mas não sabonete, não os cadernos pra ir pra escola*”. Apontando para a comida inserida em outros elementos do consumo das interlocutoras, não estou querendo minimizar as situações de vida das coordenadoras e dos moradores do Loteamento. Por vezes faltava comida nestas casas ou na de pessoas próximas – e a existência da ‘sopa de papelão’ não era invenção. Mas, sugiro, as coordenadoras chamavam atenção para os sentidos variados do recebimento das cestas básicas.

Talvez aí se encontrasse a maior diferença entre as coordenadoras e os profissionais enviados ao trabalho do Núcleo - diferença que também estava presente na relação que eu

estabelecia com as minhas interlocutoras. Lembrando da importância da subjetividade na etnografia (Grossi, 1992; Bonetti e Fleischer, 2007), pude notar que, nas vezes em que as interlocutoras me perguntavam sobre a temática da minha pesquisa, se eu a relacionasse às palavras ‘pobreza’ e ‘fome’ provocava um desconforto. Embora as próprias coordenadoras ressaltassem em determinados momentos sua condição de “*pobres*”, o fato de que muitas pessoas “*passavam fome no Loteamento*”, e que elas já tinham “*passado fome*” em outros momentos (especialmente no passado) havia determinado incômodo com a utilização destas palavras. Passei a falar, como elas, que “*Era uma pesquisa sobre o Fome Zero*”.

Sendo vivido através de “atores concretos”, tanto o “sistema político formal”, como a própria idéia de política, estão sujeitos a variadas leituras. Tentei mostrar que, na vivência do Programa Fome Zero na cidade de Porto Alegre, aquilo que pretendia ser a efetivação do direito humano à alimentação - que seria resolvido com o ‘comer’, ganhava complexidade a partir da relação entre Estado e coordenadores dos núcleos, tendo como chave interpretativa a idéia da “*ajuda*” positivada em contraposição à “*política*”.

Neste sentido, tanto a comida (as cestas básicas), quanto a fome ganham sentidos múltiplos neste contexto: significando as coisas mais variadas, como política, trabalho, sofrimento, consumo, trocas, acusações, etc. Uma política de combate à fome, para as coordenadoras do Loteamento Monte Verde (e assim para os coordenadores dos outros núcleos), significava também afetos e desafetos¹⁰; reconhecimento simbólico e também usufruto material. Chamando a atenção para a comida enquanto eixo importante na leitura das posições sociais e culturais no Brasil e para a relação entre Estado e população.

Referências bibliográficas

AMORIM, Luciano. *A gente não quer só comida. A gente quer a vida como a vida quer*. (Trabalho de Conclusão) Especialização em Direitos Humanos. Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina – CESUSC, Passo Fundo, 2005.

BONETTI, Alinne de Lima. *Entre feministas e mulheristas*. Uma etnografia sobre promotoras legais populares. (Dissertação) Mestrado em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

BORGES, Antonádia. *Tempo de Brasília*. Etnografando lugares-evento da política. Rio de Janeiro: Relumê Dumará/ NuaP, 2003.

¹⁰ “...como qualquer atividade humana, o poder envolve mais do que ganhos econômicos ou mesmo benefícios de ordem estritamente ‘política’” (Goldman e Cruz da Silva, 1999:163).

BRASIL – Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome; Centro de Criação de Imagem Popular. Cartilha do Fome Zero: *Fome Zero como participar*. Brasília, Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL – Educação Cidadã Talher Nacional. Cartilha do Fome Zero: *Um mutirão pela vida*. Brasília, outubro 2004a.

BRASIL – Lei 11346 – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). 2006.

CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13, n. 38, São Paulo, 1998. Disponível em: www.scielo.br. Acesso 06/12/2006.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado: pesquisas em antropologia política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. p. 132-152.

_____. A questão do poder nas sociedades primitivas. In: *Arqueologia da violência: ensaios de antropologia política*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 105-111.

CRUZ, LÍlian. *(Des)articulando as políticas públicas no campo da infância: implicações da abrigagem*. (Tese) Doutorado em Psicologia. Faculdade de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005. 297p.

DOUGLAS, Mary. GROSS, Jonathan. Food and culture: measuring the intricacy of rule systems. *Social Science Information*. v. 1, n. 20, 1981.

FONSECA, Claudia. *Família, Fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. Classe e a recusa etnográfica. In: BRITES, Jurema. FONSECA, Claudia (Orgs.). *Etnografias da participação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p. 13-33.

GODBOUT, J.T. Introdução à dádiva. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13, n. 38, São Paulo, 1998. Disponível em: www.scielo.br. Acesso 06/12/2006.

LEACH, Edmund. Aspectos antropológicos da linguagem: categorias animais e insulto verbal. p. 170- 198.

LEVI-STRAUSS, Claude. The Culinary Triangle. In: COUNIHAN, Carole. VAN ESTERICK, Penny. *Food and culture: a reader*. New York, London: Routledge, 1997, p. 28-35.

MACIEL, Maria Eunice. Identidade cultural e alimentação. In: CANESQUI, A. M. GARCIA, R.W.D. *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 49-55.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EDUSP, 1974. p. 37-184.

MENEZES BASTOS, Rafael José. Introdução. In: MENEZES BASTOS, Rafael José (Org.). *Dionísio em Santa Catarina*. Ensaios sobre a farra do boi. Florianópolis: Editora da UFSC, 1993. p. 09-33.

MINTZ, Sidney. Comida e antropologia: uma breve revisão. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.16, n. 47, out. 2006, p. 31-42.

PROJETO FOME ZERO. Instituto de Cidadania, 3ª versão, 2002.

RELATÓRIO do Segundo Seminário do Programa Fome Zero de Porto Alegre. Porto Alegre, 2006.

RIAL, Carmem Sílvia Moraes. Rumores sobre alimentos: o caso dos fast-foods. In: *Antropologia em Primeira Mão*, n. 17. Florianópolis: PPGAS/UFSC.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho*: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Autores Associados, 1996.

TEIXEIRA, Carla Costa. Relações de parceria, políticas públicas e a questão da “pobreza” no Brasil. In: *Série Antropologia*, n. 388, Brasília, 2005.

WOORTMANN, Klaas. .A Comida, a Família e a Construção do Gênero Feminino. *Revista de Ciências Sociais*, vol. 29, n.1, 1986, p.103-30.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.